

SINR0208

13 OUT 1993

O LIBERAL BELEM-PA

LUX JORNAL

Conferência expõe o drama dos índios

Risco de conflito envolve xavantes

A disputa de uma fazenda de 168 mil hectares no Alto da Boa Vista, município de Mato Grosso, está criando um foco de tensão entre índios xavantes, sem-terra e políticos locais. A área foi doada pela estatal italiana Agip Petróli aos xavantes no ano passado, logo após a Rio-92, mas um grupo de posseiros, apoiado por políticos, invadiu a fazenda e chegou a bloquear a estrada para impedir a posse dos índios.

O procurador da República Roberto Cavalcanti, da seção de Cuiabá, disse que investiga a denúncia de que a filial da Agip no Brasil também teria incentivado a invasão, para negociar uma indenização com o governo pela cessão da área. Em denúncia no início do mês, o Ministério Público pediu instauração de processo contra o prefeito de São Félix do Araguaia, Euripedes Milhomem (PDT), e mais sete acusados de incitar os invasores. "Os posseiros estão sendo massa de manobra nas mãos dos políticos", disse Cavalcanti.

Os posseiros bloquearam por seis dias a BR-158, no trecho que passa pela fazenda, em protesto contra a portaria do ministro da Justiça, Maurício Corrêa, baixada na semana passada, para determinar a imediata liberação da área. A estrada foi liberada no último domingo, mas os indigenistas que trabalham com os xavantes estão preocupados com a possibilidade de um conflito mais grave. "A região virou um barril de pólvora", disse uma antropóloga, que não quis identificar-se, temendo represálias.

Os procuradores Roberto Cavalcanti e Aurélio Veiga Rios, este de Brasília, irão à fazenda até o fim do mês para contar o número de sem-terra existentes no local. Indigenistas garantem que não passam de 250, mas os políticos afirmam que são mais

de 2.500. Os procuradores vão examinar a possibilidade de assentar os invasores. "Não defendemos apenas os direitos dos índios. Se os invasores precisam de terras, mas tentar resolver o problema", disse Cavalcanti.

A Suiá-Missu abrange mais três municípios, além do Alto da Boa Vista (São Félix do Araguaia, Ribeirão Cascalheira e Confresa). Os prefeitos alegam que as cidades ficarão "ilhas" com a devolução da área xavante. Eles se encontraram com Maurício Corrêa, na quinta-feira passada, para pedir a não regularização da área. Os 1.500 xavantes aguardam solução para o problema na reserva Pimentel Barbosa, próxima a Barra do Garça, a mais de 300 quilômetros da área.

Roberto Cavalcanti está convencido de que a terra é dos xavantes. Segundo ele, a Constituição diz que todos os contratos são nulos de pleno direito em terras imemorialmente indígenas. Ele afirma que existe laudo antropológico mostrando que a área é indígena, de ocupação imemorial.

Pataxós derrubam árvores
Agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) flagraram, antontem, três índios da tribo pataxó derrubando árvores no Parque Nacional de Monte Pascoal, no extremo sul da Bahia, que tem 22,5 mil hectares e é uma das poucas reservas de Mata Atlântica existentes no Estado. Eles estavam extraindo madeira, principalmente de pés de arruda, numa área próxima à reserva indígena Boca da Mata (onde vivem cerca de 200 famílias de pataxós) situada em terreno contíguo ao parque. Utilizam a madeira para fabricar peças de artesanato como lanças, arcos e flechas, que vendem a turistas nas cidades litorâneas da região.

A situação das 37 áreas indígenas existentes no Pará foi o tema da segunda palestra da 1ª Conferência Estadual de Saúde para os Povos Indígenas, aberta ontem pela manhã no Centro Mariápolis, em Benevides. O assunto foi abordado por Regina Célia Fonseca, chefe da Divisão Fundiária da Funai em Belém, que mostrou um mapa das reservas, as quais totalizam 27.176.456 hectares. Como o prazo para a demarcação de áreas indígenas terminou no último dia 5, segundo a Constituição Federal, apenas 16 dessas áreas estão demarcadas. Outras sete estão com as portarias do Ministério da Justiça, que autorizam a demarcação, suspensas.

Regina Célia disse que 22 áreas indígenas do Pará foram invadidas por posseiros, garimpeiros e madeireiros. Além do problema fundiário, os índios sofrem com as doenças trazidas pelos brancos — como gripe, malária, tuberculose, sífilis e outras moléstias sexualmente transmissíveis — e com a contaminação dos rios pelo mercúrio usado nos garimpos.

Os problemas de saúde entre os índios se agravam porque não chegam às aldeias os recursos da Funai. Esse problema atinge principalmente as tribos isoladas, como a área de Cuminapanema, ao norte de Oriximiná, onde vivem os índios Poturus, que ainda são pouco conhecidos. Há uma equipe da Funai no local tentando atraí-los. O mesmo trabalho vem sendo feito junto a outras tribos arredias — como Araras e Guajás —, estes na divisa com o



Grupos de indígenas da região estão participando da conferência, em Benevides

Mañanhão.
A 1ª Conferência Estadual de Saúde para os Povos Indígenas, que foi aberta com a palestra de Antônio Maria de Souza Santos sobre o direito dos povos indígenas à saúde, é promovida pelo Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde, Funai, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB). O evento termina amanhã, com uma plenária, e tem por objetivos analisar e avaliar a atual política de saúde para os povos indígenas, encaminhar propostas respeitando as peculiaridades do índio e exigir a garantia de uma política de saúde ágil e eficaz.

Participam da conferência vários índios (Kaíapós, Tiriós, Assurinís, Mundurucus, Araras e

Anambés), profissionais ligados à questão indígena e ao setor de saúde, representantes de organizações governamentais, missões religiosas, sindicatos e entidades populares, num total de 220 pessoas.

Ontem foram realizadas outras palestras à tarde. Para a manhã de hoje estão programadas duas mesas redondas e, para a tarde, trabalho de grupo.

Vide - Verso



Saúde comprometida: faltam recursos

O médico sanitarista Istvan Varga, coordenador da Comissão Executiva da Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, marcada para os dias 25, 26 e 27 de outubro em Lousiânia (Goiás), e que participa da 1ª Conferência Estadual de Saúde para os Povos Indígenas, disse ontem que o modelo de saúde adotado para as populações indígenas sofreu profunda alteração com a assinatura do Decreto nº 23/91, que criou a Fundação Nacional de Saúde. Até 1991 apenas a Fundação Nacional do Índio (Funai) era responsável pela saúde dos indígenas.

Com a criação da FNS, disse Istvan Varga, foi dado um passo importante para a melhoria do sistema público de saúde, pois antes o atendimento se concentrava nos centros urbanos, para onde tinham de se deslocar as pessoas que moravam nos lugares mais distantes. Ele ressaltou, porém, que sem recursos do Ministério da Saúde, a Fundação Nacional de Saúde e a própria Funai não poderão viabilizar esse atendimento para os povos indígenas.

O médico lembrou que os índios geralmente vivem em locais de difícil acesso, o que dificulta o atendimento. Além disso, o contato com os brancos torna os casos diferenciados. Os índios que vivem isolados, por exemplo, não têm a mesma capacidade imunológica dos brancos, fazendo com



Istvan diz que é preciso acabar com o círculo vicioso

que uma epidemia de sarampo ou de gripe chegue a matar muitos índios. O médico lembrou que esse círculo vicioso só será extinto se forem liberados recursos suficientes pelo Ministério da Saúde.

Garimpeiros

Sobre a presença de garimpeiros nas áreas indígenas, Istvan Varga disse que o principal res-

ponsável por isso é o governo federal, que não instituiu uma política para atender os garimpeiros, os quais invadiram as terras dos índios por causa do problema fundiário existente no País. Esses garimpeiros, disse ele, são na verdade pequenos lavradores, que abandonaram suas lavouras porque não havia perspectiva de melhoria no campo.

Sobre a criação do Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena (NISI), Istvan Varga disse que se trata de uma proposta válida, que deve ser discutida na conferência. Um dos objetivos do NISI é descentralizar as decisões sobre os projetos de saúde voltados para as populações indígenas, para que cada Estado tenha o seu núcleo, formado por representantes dos organismos ligados à questão indígena, como a Funai, FNS, secretarias municipais e estaduais de Saúde, universidades e organizações não governamentais, além dos representantes indígenas. Os núcleos estaduais teriam de assegurar a cooperação desses prestadores de serviços e também a participação indígena no planejamento, fiscalização de projetos e avaliação final de suas ações.

Quanto à saúde, os índios, segundo Istvan, continuam assistidos precariamente porque a Funai não dispõe de um sistema eficiente neste setor. Os que mais sofrem são os índios que habitam a Amazônia e o Centro-Oeste, que por estarem mais afastados se tornam altamente vulneráveis às doenças transmitidas pelos brancos.

Sobre as denúncias de corrupção na Funai, o que levaria à sua extinção, Istvan Varga limitou-se a dizer que esses casos ocorrem em quase todos os ministérios.